

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.331 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2001

Comissão de três senadores investiga denúncias contra Jader

“O Senado precisa dar respostas à sociedade”, afirma o presidente do Conselho de Ética, senador Gilberto Mestrinho, ao defender apuração isenta e observar que o clima gerado pelas denúncias preocupa todos



Os senadores Jefferson Péres, Romeu Tuma e João Alberto Souza vão compor uma comissão encarregada de realizar apurações preliminares das denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho. A decisão foi tomada ontem pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Gilberto Mestrinho.

PÁGINAS 4 E 5



Heloísa Helena, autora da representação contra Jader, conversa com Mestrinho e Tuma

No Conselho de Ética, os senadores debateram a decisão do presidente do colegiado, Gilberto Mestrinho



Lobão quer examinar logo limitação de MPs

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (*foto*), garantiu ontem em Plenário que tomará todas as providências para acelerar a tramitação da proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias. O senador Francelino Pereira afirmou que a proposta contribuirá para o fortalecimento do Poder Legislativo.

PÁGINA 8



Carlos Wilson lembrou que servidores colaboraram com investigações do Conselho de Ética do Senado

Carlos Wilson anuncia punição para envolvidos no caso do painel

PÁGINA 3



Informática pode entrar nos ensinos médio e fundamental

PÁGINA 2

Senadores defendem solução para salários no serviço público

PÁGINA 7

Informática pode ser incluída no currículo do ensino médio

Conforme projeto que o Senado deverá votar na quarta-feira, a disciplina também será ministrada no ensino fundamental

Os currículos dos ensinos médio e fundamental poderão incluir a prática de informática, conforme projeto que o Plenário do Senado vota na próxima quarta-feira. Oriunda da Câmara, a proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) lamentou que, em razão das desigualdades, grande parcela da população do país não tenha acesso à aprendizagem da informática. Conseqüentemente, disse ele, parte significativa desse contingente encontra barreiras intransponíveis para ingressar no mercado de trabalho, daí entender que a Casa deve aprovar o projeto.



Nilo Teixeira defende aprovação do projeto pelo Senado

Quinta-feira, o Senado inicia a discussão, em segundo turno, de duas propostas de emenda constitucional (PEC). A primeira, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destinado a promover o crescimento econômico da região em harmonia com o



meio ambiente. A proposta contempla os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, e foi aprovada em primeiro turno nos termos de um substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Os recursos do fundo serão aplicados em obras e programas realizados nos municípios desses estados, exceto nas capitais.

A outra PEC que será discutida em último turno é a do senador Álvaro Dias (sem partido-PR) que trata da nomeação de integrantes de tribunais de Contas estaduais mediante concurso. Definindo esse método como instrumento concretizador dos princípios da impessoalidade e moralidade administrativa, ele argumenta que o concurso já é exigido para ingresso na Magistratura e no Ministério Público.

Jucá destaca estudo para maior proteção à saúde no país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou ontem o recebimento de estudos realizados pelo Ministério da Saúde com o objetivo de criar a Agência Federal de Proteção à Saúde, bem como estruturar os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena.

O líder do governo destacou a importância do documento para a organização do setor em âmbito nacional, e pediu a transcrição, nos Anais do Senado, dos estudos realizados pela equipe do ministro José Serra.

Alcântara registra centenário do nascimento de Pedro Aleixo

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou o centenário de nascimento, no dia 1º de agosto, do político, advogado, professor, jornalista e escritor Pedro Aleixo, falecido em 1975. O senador destacou ações de Aleixo no Parlamento e sua contribuição à imprensa mineira.

Pedro Aleixo iniciou sua carreira política em 1933 como deputado, quando integrou a Comissão de Reforma do Colégio Eleitoral e a Comissão de Constituição e Justiça. Em 1937, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, exercendo o cargo até o Estado Novo.

Alcântara lembrou os esforços

de Pedro Aleixo na luta pela democracia e pela liberdade durante os períodos de repressão que o país atravessou. Passado o Estado Novo, Aleixo contribuiu na elaboração da nova Constituição como deputado estadual e foi eleito deputado federal em 1959.

Ao ratificar a posição democrática de Aleixo, o senador afirmou que o político esteve "entre os que mais lutaram por uma solução pacífica" no episódio da tentativa de golpe em 1961. Pedro Aleixo, quando vice-presidente da República em 1968, acrescentou Alcântara, foi a única voz no Conselho de Segurança Nacional a se opor ao Ato Institucional nº 5.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 133/97, autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município de Cantá (RR); e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária e sonora.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96 (dispondo sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus); PLC nº 27/01, dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; substitutivo ao PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e Requerimento nº 256/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do PDL nº 4/99, que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia, até que os conflitos envolvendo aquele país sejam melhor esclarecidos.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01 – Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus–Suframa); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios por meio de concurso público; substitutivo do Senado ao PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; Parecer nº 650/01, sugerindo que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser iniciado em maio de 2002, seja objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos; Requerimento nº 391/01, do senador Gerson Camata, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nº 318/99 e 211/00, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 393/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 3 e 12, de 2000, e 14/01, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 165/01, encaminha a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2001; Mensagem nº 160/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Benjamin Zymler para compor o Tribunal de Contas da União (TCU), no cargo de ministro; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 144/99, dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, e estabelece sanções pelo seu descumprimento; PLS nº 82/01, requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nºs 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública com a presença do jurista Ives Gandra da Silva Martins, para debater a reforma do Judiciário. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
 Presidente em exercício: Edison Lobão
 2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
 1º Secretário: Carlos Wilson
 2º Secretário: Antero Paes de Barros
 3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
 Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
 Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
 Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Carlos Wilson pune com suspensão servidores que violaram painel

Assumindo total responsabilidade pela definição da pena, primeiro-secretário diz que levou em conta fato de ex-diretora e funcionários do Prodasen terem colaborado com investigações

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), anunciou ontem a punição aos servidores envolvidos com a fraude no painel eletrônico de votações, durante a sessão secreta em que foi cassado o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), realizada no dia 28 de junho de 2000. Ex-diretores do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Borges e Ivar Ferreira, seu marido, serão suspensos por 90 dias, enquanto Heitor Ledur e Hermilo Nóbrega vão ser afastados do trabalho por 30 dias.

Ao assumir a total responsabilidade pela definição da pena, Carlos Wilson admitiu que sua decisão foi influenciada pelo fato de Regina Borges e os demais servidores terem colaborado com as investigações do Conselho de Ética e Decoro Par-



Para Carlos Wilson, ex-servidores cometeram "falha brutal", que pode ser punida com suspensão

lamentar sobre o episódio.

— Que eles cometeram uma falha, um gesto brutal no que se refere à imagem da instituição, eu não tenho nenhuma dúvida. Mas eu acho que esse erro pode ser punido através de uma suspensão — afirmou.

Segundo o primeiro-secretário, os próprios integrantes do Con-

selho de Ética teriam alertado, durante o depoimento de Regina Borges, que se ela colaborasse com as investigações poderia ter sua pena atenuada. Além de levar em conta essa observação dos senadores, Carlos Wilson ponderou que "não deve ser muito bom" para

um funcionário com cerca de 30 anos de serviço, casos de Regina Borges e Ivar Ferreira, se aposentar com um registro de pena de suspensão na ficha funcional pela prática de ato ilícito.

Questionado sobre se a punição proposta não teria sido branda, o senador pernambucano disse que se tivesse optado pela

pena de demissão sua atitude seria vista como um "desestímulo" a servidores que, no futuro, possam estar envolvidos e queiram colaborar na elucidação de crime semelhante. "O servidor iria ficar com medo de colaborar, porque iria ficar patente que a corda sempre parte do lado do mais fraco", declarou.

Durante o período de afastamento, os servidores punidos não vão receber salário, devendo Regina Borges se aposentar logo após cumprir a suspensão. Carlos Wilson negou ter sofrido qualquer tipo de pressão por parte de senadores ou funcionários nesse processo, assegurando ter tomado a decisão que sua consciência determinou. Na sua opinião, o desfecho desse caso vai mostrar a outros servidores que eles não estão obrigados a cumprir uma ordem errada, partindo de quem quer que seja.

Suassuna cobra debate sobre segurança

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem o início imediato de um profundo debate, pelo Legislativo, sobre as greves nas polícias civil e militar em todo o país e sobre o aumento assustador da violência no país, com o objetivo de apresentar soluções à sociedade. Na sua avaliação, as paralisações das polícias constituem uma "ruptura do contrato social" entre o governo e a população. O crescente aumento dos índices de violência, por sua vez, é devido sobretudo à falência governamental, disse ele.

Suassuna cobrou do presidente da República o cumprimento da promessa de campanha de que atacaria de frente o problema da segurança, apresentada como uma das suas cinco principais metas. Para o senador, a violência, a desordem, as greves e o desrespeito à lei são práticas correntes no Brasil, "e estão trazendo desassossego e insegurança aos cidadãos".



Suassuna: paralisações constituem "ruptura do contrato social"

Com o exemplo, Suassuna citou

a recente greve das polícias civil e militar na Bahia. A paralisação deixou um "prejuízo material e moral incalculável para o estado": 45 pessoas foram mortas, mais de 100 baleadas, centenas de carros roubados e cerca de 600 pacotes turísticos cancelados. O comércio contabilizou perdas de R\$ 10 milhões e o governo local deixou de arrecadar R\$ 2 milhões.

As greves demonstram a fraqueza do sistema político e apontam para uma possível rebelião civil, na opinião do senador, que criticou a intenção do governo de editar medida provisória para criar uma guarda nacional, unificar as polícias e dar prerrogativas às Forças Armadas em caso de motim armado. Essas iniciativas, conforme juristas, são "um erro, uma loucura, um retrocesso à ditadura, além de inconstitucionais", salientou.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) sugeriu a liberação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança que, segundo ele, estão retidos no Ministério do Planejamento.

SENADOR DESTACA QUATRO ATENUANTES

Em nota oficial, o primeiro-secretário do Senado, senador Carlos Wilson, informou ter levado em consideração quatro atenuantes ao decidir pelas penas dos funcionários do Senado envolvidos no caso da violação do painel eletrônico de votações secretas. Ele explicou que a confissão e a colaboração nas investigações, aliadas ao fato de que a iniciativa da irregularidade cometida não foi dos funcionários, pesaram na decisão de suspender os envolvidos, sem demissões.

Carlos Wilson observa que a própria lei que trata dos processos administrativos contra funcionários federais prevê que a autoridade julgadora deve fazer uma análise das circunstâncias atenuantes e dos antecedentes dos investigados. O primeiro-secretário esclarece ainda que, pela mesma lei, compete a ele aplicar a pena aos funcionários processados administrativamente. A única exceção é a aplicação da pena de demissão, cuja competência é exclusiva do presidente do Senado. Eis a nota:

"Com relação ao desfecho da Comissão de Processo Administrativo que estudou a punição aos funcionários do Senado envolvidos na fraude do painel eletrônico do Plenário, cumpro-me informar:

1) A comissão foi instituída pela Primeira Secretaria por força expressa do Regulamento Administrativo do Senado Federal. A Lei 8.112/90 diz em seu artigo 166 que a atribuição do julgamento e conseqüente aplicação da pena é da autoridade que instituiu a comissão. No caso específico, o primeiro-secretário. A única exceção é a aplicação da pena de demissão, cuja competência exclusiva é do presidente do Senado Federal.

2) A Comissão de Processo Administrativo limitou-se a apontar as penas pertinentes em tese às faltas cometidas pelos funcionários. Não considerou as circunstâncias atenuantes e os antecedentes funcionais dos envolvidos. Deixou expressamente tal missão para a autoridade julgadora, no caso o primeiro-secretário.

3) Sem análise das circunstâncias atenuantes e dos antecedentes funcionais não se pode falar em fixação de pena, conforme o artigo 128 da Lei nº 8.112/90.

Diante da atribuição de autoridade julgadora, procurei agir com o máximo rigor na análise de quatro circunstâncias atenuantes:

a) A confissão minuciosa da falta e a colaboração dos funcionários na apuração de seus desdobramentos, notadamente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

b) O fato de que a falta cometida não transcorreu por força de iniciativa dos funcionários.

c) Os antecedentes dos funcionários envolvidos, a primariedade e os elogios freqüentes constantes nas respectivas fichas funcionais.

d) O fato de que aos senadores envolvidos coube, em última instância, o recurso da renúncia. Aos funcionários, além de não disporem dessa prerrogativa, a punição poderia atingir de forma irreversível suas carreiras, algumas construídas ao

longo de mais de 30 anos.

Mesmo assim, apliquei a pena de suspensão por 90 dias para Regina Célia Borges e Ivar Alves Ferreira. De 30 dias para Heitor Ledur e Hermilo Nóbrega. Durante esse período os funcionários ficarão sem vencimentos e sem possibilidade de conversão em multa correspondente a metade dos salários.

O rigor manifestado pode ser medido pela escala. Trata-se da segunda pena mais grave que poderia ser aplicada, apesar dos antecedentes e dos atenuantes considerados. Tomei tal decisão de forma a servir de exemplo aos demais servidores, para que fatos como esse não voltem a ocorrer.

A decisão, atribuição exclusiva do primeiro-secretário, passa a ser aplicada a partir da publicação no veículo de comunicação oficial. Encaminhei ainda o relatório completo da comissão para o Ministério Público Federal.

Senador Carlos Wilson
Primeiro-secretário do Senado Federal"



A decisão de criar a comissão para averiguar as denúncias foi do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Mestrinho

Relatório sobre denúncias contra Jader sai em 30 dias

A comissão que vai realizar as apurações preliminares é composta dos senadores Jefferson Péres, Romeu Tuma e João Alberto Souza

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), designou ontem os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto Souza (PMDB-MA) para compor a comissão encarregada de realizar apurações preliminares das denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). A comissão tem prazo de 30 dias para apresentar suas conclusões.

Serão apuradas as denúncias sobre a suposta participação de Jader em irregularidades na extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e no desvio de recursos do Banpará. Segundo Mestrinho, a acusação de que Jader teria participado de negociação de títulos da dívida agrária (TDAs) fraudados

não será investigada pelo conselho, já que trata de fatos ocorridos antes do exercício do mandato parlamentar.

— O clima gerado pelas denúncias preocupa a todos. O Senado precisa dar respostas à sociedade. A apuração deve ser feita com isenção para que a opinião pública entenda que este conselho trabalha com seriedade — afirmou Mestrinho.

Apesar de o desvio de recursos do Banpará ter acontecido antes de Jader ter-se tornado senador, Mestrinho esclareceu que a denúncia acusa o senador paraense de ter faltado com a verdade sobre o assunto em pronunciamento feito recentemente em Plenário. O presidente do Conselho de Ética informou que o requerimento solicitando ao Banco Central o relatório que apurou as irregu-

laridades no Banpará deve ser aprovado pelo Plenário do Senado, pois o conselho não tem essa competência. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) ressaltou a necessidade de que seja mantido o sigilo das informações contidas no documento.

Mestrinho disse aos senadores que as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal sobre a fraude com TDAs estão sendo acompanhadas pelo corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma. O corregedor comunicou que tomou o depoimento dos envolvidos e que o Supremo Tribunal Federal (STF) está analisando denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República sobre o assunto. Tuma anunciou que irá preparar relatório sobre a questão, a ser apresentado ao conselho.

Comissão é regimental, diz Mestrinho

A decisão de designar uma comissão para proceder à apuração preliminar das denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, foi tomada por ser “a forma mais democrática” de iniciar a investigação e por ter amparo regimental, afirmou ontem o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Mestrinho. Ele lembrou que, no caso dos ex-senadores Luiz Estevão, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, o Senado já havia promovido investigações

antes de o conselho designar relatores. Quanto a Estevão, disse, a CPI do Judiciário apresentou elementos que envolviam o então senador, e no episódio da violação do painel eletrônico do Plenário, uma comissão de sindicância chegou aos nomes de Arruda e Antonio Carlos.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) protestou contra a sistemática adotada. Na sua opinião, os trabalhos do conselho “não começaram bem”, pois Mestrinho deveria designar um relator em vez de constituir uma comis-

são. Ornélas também protestou contra a indicação de Tuma para a comissão, pois, alegou, como corregedor, Tuma é membro nato da comissão, e não representante do PFL no Conselho de Ética.

— O Senado dá passo significativo no sentido de apurar e dar as respostas rápidas que todos cobram de nós. Não podemos partidizar este conselho, sem manter a isenção e a independência. Assim, não chegaremos a lugar nenhum — afirmou o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL).

Presidente do Conselho de Ética pretende tirar licença

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Mestrinho, informou que provavelmente deve pedir licença “de cerca de 30 dias” do Senado para se submeter a uma cirurgia de próstata. O senador não precisou a data da cirurgia, que será decidida por seus médicos, mas disse que já deveria ter sido operado em julho. Na ausência de Mestrinho, o vice-presidente do conselho, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), assume a condução dos trabalhos.



Gilberto Mestrinho informou que deverá, em breve, se submeter a uma cirurgia da próstata

Romeu Tuma coordenará as investigações preliminares

O senador Romeu Tuma será o coordenador dos trabalhos da comissão designada pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Mestrinho, para realizar as

investigações preliminares sobre as denúncias envolvendo o presidente licenciado do Senado, senador Jader Barbalho.

A decisão, segundo o senador Jefferson Péres, um dos integrantes da comissão, foi resultado de uma rápida conversa que teve com o próprio Tuma e o senador João Alberto Souza, membros do colegiado, ocorrida após a reunião do Conselho de Ética.

Jefferson Péres revelou que ainda não há pauta definida para os trabalhos da comissão. Ele defendeu, porém, que seja realizada imediatamente perícia na fita que contém as gravações que supostamente comprometem Jader Barbalho. No entendimento do senador, é fundamental que sejam convidados para depor o quanto antes o próprio senador Jader Barbalho e o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM).



Romeu Tuma teve o nome escolhido pelos senadores Jefferson Péres e João Alberto Souza

Edison Lobão rejeita acusação de manobra

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), rejeitou qualquer interpretação de que a decisão do senador Gilberto Mestrinho, presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de nomear uma comissão especial de três parlamentares para analisar as denúncias contra o senador Jader Barbalho possa significar manobra para protelar a abertura de eventual processo.

— Vejam quais são os senadores: Jefferson Péres, Romeu Tuma e João Alberto. Alguém pode ima-

ginar, em sã consciência, que eles vão aceitar uma missão dessas para procrastinar alguma coisa? — perguntou Lobão.

Segundo o senador, “é preciso ficar entendido, definitivamente, que houve uma reunião do colégio de líderes do Senado e que nessa reunião com os parlamentares que comandam as suas bancadas ficou decidido que nenhum embaraço se fará à apuração da verdade”. Ele garantiu que “tudo o que for necessário o Senado fará no sentido de esclarecer a verdade”.

Mestrinho decide arquivar a denúncia contra Dutra

A denúncia do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que acusava o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) de haver faltado com o decoro por ter tomado conhecimento da violação do painel eletrônico do Senado, foi arquivada ontem pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Segundo Mestrinho, a denúncia de Althoff, apresentada no dia 29 de junho passado, trata de matéria vencida, que já foi objeto de decisão do Conselho de Ética. Além disso, o presidente do conselho disse que parecer da Advocacia do Senado aponta que a denúncia não apresenta fato novo que justifique a necessidade de nova investigação.

Para Althoff, que baseou sua denúncia em matéria da revista *IstoÉ*, Dutra teria mantido conversas sobre o assunto com os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e, por saber da frau-



Denúncia envolvendo Dutra não apresenta fato novo, segundo Advocacia do Senado

de, teria votado seis vezes na sessão secreta que cassou o ex-senador Luiz Estevão. Porém, na opinião de Mestrinho, esses fatos deveriam ter sido apontados no relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que analisou o assunto e nem sequer fez referência à participação de Dutra no episódio.

Entrega de representação contra Eurico é adiada

A entrega de uma representação da CPI do Futebol à Câmara dos Deputados contra o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), que estava prevista para a tarde de ontem, foi adiada para a próxima semana, a pedido do presidente daquela Casa, deputado Aécio Neves (PSDB-MG). Aécio cancelou a audiência que teria com os senadores Álvaro Dias (sem partido-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), respectivamente presidente e relator da CPI, para participar de reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O documento que os senadores deverão entregar ao presidente da Câmara denuncia que no dia 4 de julho passado Eurico Miranda teria ameaçado fisicamente assessores da CPI do Futebol, du-



rante a realização de uma ação de busca e apreensão na sede do Vasco da Gama, clube presidido por ele. A representação, segundo o relator Geraldo Althoff, não pede a cassação do deputado por quebra de decoro parlamentar.

— Cabe à própria Câmara dos Deputados tomar a posição que porventura entender cabível no caso — esclareceu Geraldo Althoff.

O relator informou que também entregará a Aécio Neves cópia de outra representação contra Eurico Miranda, encaminhada no primeiro semestre deste ano à Procuradoria Geral da República. No documento à Procuradoria, a CPI pede abertura de processo criminal contra o deputado por crime contra a ordem tributária, apropriação indébita, falsidade ideológica e crime eleitoral.



Althoff: "Cabe à Câmara tomar posição que entender cabível no caso"

Para Osmar, é preciso impedir venda da Copel

Senador lembra que 94% da população se manifestaram contra privatização da Companhia Paranaense de Eletricidade

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) fez um apelo aos deputados estaduais do Paraná para que votem, com celeridade, um projeto popular que tramita na Assembléia Legislativa proibindo que a Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) seja privatizada. "É um absurdo o governador Jaime Lerner insistir nessa venda, quando 94% da população já se pronunciaram contrários em pesquisas de opinião", afirmou.

O projeto popular foi apresentado com 138 mil assinaturas coletadas em apenas 60 dias e todos os setores da sociedade paranaense já se declararam contra a privatização: as igrejas, as confederações da Agricultura e da Indústria, os sindicatos e os estudantes, segundo Osmar Dias. "Mas o governador está disposto a contrariar todos para se apossar do dinheiro da venda da Copel, um



Osmar Dias afirma que patrimônio público do Paraná foi quase todo vendido

modelo de rentabilidade e boa gerência", disse.

O senador se mostrou satisfeito com a liminar concedida pela juíza Maria Rosely suspendendo a audiência pública para divulgação do edital de venda, marcada para a manhã de ontem. "Isso nos dará mais tempo para impedir a venda, mas confesso estar temeroso de que o Tribunal de Justiça

venha a cassar a liminar, pois a procuradora do estado já marcou nova audiência, mesmo durante a vigência da liminar", explicou.

Ele afirmou que o patrimônio público do Paraná já está quase todo vendido, as estradas loteadas, o setor de água e esgoto e o banco estadual privatizados e as receitas de Itaipu antecipadas. Mesmo assim, o estado tem uma dívida de mais de R\$ 20 bilhões e a miséria na região metropolitana aumentou 16% nos últimos dois anos. "Para onde foi o dinheiro do patrimônio vendido? E o da Copel terá o mesmo destino?", indagou o senador.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) também manifestou sua indignação com a anunciada privatização da empresa de eletricidade. "Seria mais interessante fazermos o contrário: vender o Lerner e ficar com a Copel", sugeriu.

Alencar defende ampliação de área da Adene

O senador José Alencar (PMDB-MG) defendeu ontem, em Plenário, emenda de sua autoria à Medida Provisória 2.156-4, ampliando a área de alcance da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), de modo a incluir entre os beneficiários da autarquia que substituiu a extinta Sudene todos os municípios que compõem as mesorregiões do Jequitinhonha, do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata, em Minas Gerais.

Para o senador, a medida, uma vez aprovada, vai corrigir uma falha legislativa, cometida ao se excluir toda aquela região dos benefícios determinados pelo governo para levar o desenvolvimento às regiões mais carentes do país. Segundo o senador, o Legislativo deve ao presidente Juscelino Kubitschek e a Celso Furtado, criadores da Sudene, a inclusão dessas áreas no alcance da nova agência.

Segundo José Alencar, Minas Gerais apresenta atualmente os piores indicadores econômicos e sociais da Região Sudeste, registrando, por exemplo, uma renda *per capita* de R\$ 5.230, contra uma marca de R\$ 5.648 registrada pelo Brasil, e situando-se também abai-



José Alencar quer estender benefício a regiões de Minas Gerais

xo do que foi registrado por outros estados, como o Espírito Santo (R\$ 5.996) e o Amazonas (R\$ 5.990) e pela Região Centro-Oeste (R\$ 5.681).

O estado detém, ainda, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao de outras regiões, superando apenas os do Nordeste. Esse índice, utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), leva em conta, além das rendas familiar e *per capita*, a longevidade, a esperança de vida ao nascer e o grau de alfabetização.

José Alencar fez um histórico das modificações feitas pelo governo na área de alcance da Sudene, desde a sua criação, em

1959, primeiro para incluir o Vale do Jequitinhonha, no nordeste mineiro, que havia ficado de fora. Em 1998, foram também incluídos os municípios da região norte do Espírito Santo, por apresentarem características de pobreza idênticas às regiões beneficiadas.

Em maio deste ano, a MP 2.146-1 estendeu os benefícios da nova agência para todo o estado do Espírito Santo e, em junho, para os municípios do Vale do Mucuri, da região do Rio Doce, em Minas, beneficiando mais 25 municípios.

Segundo José Alencar, contudo, é preciso agora que se complete essa iniciativa, incluindo-se os demais municípios da região e outras áreas contíguas que vivem os mesmos problemas de pobreza e de obstáculos ao seu desenvolvimento.

A região do Rio Doce compreende uma área de 41,8 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 7,2% da área total de Minas Gerais, dividida entre 102 municípios e com uma população equivalente a 8,6% da população do estado. Com 142 municípios, a Zona da Mata abrange uma área de 35,94 mil quilômetros quadrados, equivalentes a 6,17% da área total do estado.

Ricardo Santos pede apoio urgente para setor cafeeiro

Senador adverte que redução do preço internacional do grão está levando milhares de produtores à falência

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) cobrou do governo a adoção, em caráter de urgência, de medidas destinadas a retirar o setor cafeeiro da crise que o atinge e que vem sendo agravada com a queda do preço do produto no mercado internacional. Segundo ele, os efeitos dessa crise estão levando à falência milhares de produtores de café, principalmente os que obtiveram empréstimos junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entre as medidas sugeridas por Ricardo Santos para solucionar o



Ricardo Santos teme colapso no setor cafeeiro

problema estão a utilização dos recursos do Funcafé para o refinanciamento dos débitos dos produtores, renegociação das dívidas dos agricultores familiares, parceiros e mutuários do crédito do custeio do Pronaf, revigoração dos cafezais de menor produtividade e ampliação das dotações de recursos oriundos do próprio Pronaf.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG), ex-ministro da Agricultura, disse, em aparte, estranhar que a produção cafeeira, que emprega milhões de pessoas, enfrente uma crise sem precedentes. Ele pediu ao

governo a imediata implementação de uma política para o setor, como forma de salvar os produtores e equilibrar a balança comercial.

Ricardo Santos informou que nos últimos 18 meses houve declínio de 45% nos preços médios nominais do café arábica e de 60% nos do robusta. Com preços tão baixos, observou, os produtores, como os do Espírito Santo, estão falindo, "já ocorrendo casos de abandono e de erradicação de lavouras de café".

— É preciso que os produtores renegociem os empréstimos. Do contrário, haverá um colapso no setor — advertiu Santos, informando que já solicitou aos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Raul Jungmann, da Política Fundiária, providências nesse sentido.

Maldaner aponta oportunidade de exportar para a Rússia

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem relatório sobre encontro de que participou na embaixada brasileira em Moscou com importadores russos de carne brasileira. Maldaner destacou o interesse do empresariado russo em importar carnes brasileiras em larga escala, que coincide com o interesse brasileiro de expandir o volume de exportações e abrir novos mercados internacionais.

Apesar dos interesses convergentes, o senador alertou para "arestas" que precisam ser resolvidas. Segundo ele, o empresário russo quer

negociar diretamente com o exportador, sem a interferência das *international trading companies*, que acaba encarecendo o produto. Maldaner entende que esses intermediários tumultuam o processo ao ganhar em dobro, do exportador e do importador.

Outro ponto assinalado por Maldaner é a queixa dos empresários russos quanto à desconfiança por parte dos frigoríficos brasileiros. O senador explicou



Maldaner vê convergência de interesses

que os empresários alemães ter sólidas garantias para oferecer e que não se justifica qualquer atitude preconceituosa por parte dos brasileiros.

Na opinião do senador, o Brasil está diante de uma oportunidade única para consolidar as relações comerciais com a Federação Russa, que poderão ajudar a equilibrar a balança comercial. "Devemos nos mover com celeridade e competência", concluiu.

Álvaro propõe fórmula para pagar compulsório

O senador Álvaro Dias (sem partido-PR) apresentou projeto de lei com o objetivo de possibilitar o pagamento do empréstimo compulsório da gasolina e do álcool instituído em 1986 e até hoje não efetivado pelo governo.

De acordo com a proposta, o resgate do compulsório pode ocorrer por meio de compensação com débitos relativos a impostos e contribuições federais, pela utilização na compra de ações de estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização ou no pagamento de mercadorias estrangeiras adquiridas em leilão promovido



Álvaro Dias: governo não pode dar o calote

pela Receita Federal. Segundo Álvaro, o governo não pode, pura e simplesmente, "dar o calote". — É preciso honrar o compromisso para com aqueles que compulsoriamente contribuíram num momento difícil do país — afirmou.

O senador acrescentou que sua proposta visa a reduzir o passivo da União

para com os contribuintes do empréstimo compulsório, sem provocar expansão monetária. Ele lembrou que o compulsório incidente na aquisição de automóveis de passeio e utilitários e na compra de gasolina ou álcool deveria ser resgata-

do no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, sendo o pagamento efetuado com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Essa modalidade de pagamento motivou a declaração de inconstitucionalidade do compulsório pelo Supremo Tribunal Federal, o que levou o presidente da República a encaminhar ao Congresso projeto de lei para determinar o resgate em dinheiro.

O projeto acabou sendo vetado pelo presidente, diante de ponderação do Ministério da Fazenda de que o prazo de um ano para o pagamento era muito curto. Até hoje o governo não adotou nenhuma iniciativa para honrar seu compromisso, observou Álvaro Dias.

Luiz Otávio defende continuidade das ações da Vale na área social

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) manifestou sua preocupação com a mudança da direção da Companhia Vale do Rio Doce. De acordo com o senador, a saída do embaixador Jório Dauster e a ascensão de Roger Agnelli, novo presidente designado para a companhia, trarão "diretrizes que, com certeza, terão grande influência, participação e resultado para o Pará".

De acordo com o parlamentar, as preocupações vêm do fato de, em entrevista na TV, o novo presidente ter falado muito objetivamente apenas nos aspectos econômicos e financeiros relativos à empresa. Luiz Otávio recordou que um dos momentos mais tensos da relação da Vale com o governo do Pará deu-se logo após a privatização, quando a companhia privilegiava apenas o resultado econômico, não tratando de assuntos referentes à área social.

A gestão do embaixador, afirmou o representante do Pará, também iniciou-se de forma tensa, chegan-

do a gerar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do Estado e multas, aplicadas pelo governo paraense, que ultrapassaram R\$ 40 milhões.

— Mas o embaixador refletiu, reuniu sua diretoria e, nos últimos dois anos, a empresa viu a necessidade de agir também na área social no Pará — afirmou Luiz Otávio.

Atualmente, destacou o parlamentar, a companhia tem várias ações no estado, como o Fundo de Desenvolvimento, em parceria com o governo, voltado para a área social. Luiz Otávio ressaltou que o fundo, como toda a administração do governador Almir Gabriel, tem "objetivos claros".



Luiz Otávio: mudança de direção preocupa

Senado aprova votos de pesar

O Plenário aprovou ontem três requerimentos de voto de pesar: um de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pela morte do ex-prefeito de Boa Vista (RR) Olavo Brasil; outro, do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), pela morte da Irmã Marcelina de São Luiz; e um terceiro, dos senadores do PMDB de Goiás, Maguito Vilela, Mauro Miranda e Iris Rezende, pela morte do ex-prefeito de Chapadão do Céu (GO) Alberto Rodrigues da Cunha.

Ao encaminhar a votação do requerimento, o senador Iris Rezende afirmou que Alberto Rodrigues da Cunha fundou a cidade de Chapadão do Céu, da qual foi por duas vezes prefeito. Segundo o senador, o município foi construído em uma região considerada inservível, mas, com tecnologia e trabalho, Alberto Cunha criou uma cidade aprazível. Maguito Vilela destacou que Alberto Rodrigues da Cunha, além de fundador do município, era líder político de prestígio em todo o estado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Profissão Mateiro
6h30 — Entrevista Especial — O presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, fala sobre o sistema eleitoral e a reforma política
7h30 — Entrevista — O sen. Amir Lando fala sobre segurança pública
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Entrevista — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a Amazônia e o desenvolvimento
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h30 — Cidadania — O sen. Tião Viana e a professora de bioética Eliane Azevedo, falam sobre a Reprodução Assistida
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — Quem tem Medo da Música Clássica? — Beethoven — sinfonia "Pastoral" — Parte 1
19h — As Cores do Brasil — Natal
19h30 — Cidadania — O sen. Roberto Freyre e o jornalista Ayrton Maciel falam sobre a repressão política no Brasil
20h30 — Entrevista — O sen. Amir Lando fala sobre

segurança pública

21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Espaço Cultural — Orquestra de Violões
22h30 — Teatro Arthur Azevedo — Show Claridade com Alcione
24h — Quem tem Medo da Música Clássica? — Beethoven — sinfonia Pastoral — Parte 1

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — as principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da noite
23h — Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Lobão admite defasagem salarial dos servidores

Segundo o senador, é preciso encontrar alternativas que garantam o reajuste para os funcionários públicos. Ele lembrou que a Comissão de Orçamento pode propor a solução, "indicando, naturalmente, a fonte de receita"

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, admitiu na manhã de ontem que os servidores públicos enfrentam realmente uma defasagem salarial. Segundo o senador, é preciso encontrar uma solução para o problema. Ele lembrou que o próprio líder do governo na Casa, senador Romero Jucá (PSDB-RR), observou que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso, pode propor alternativa para o reajuste, "indicando, naturalmente, a fonte de receita".

Lobão afirmou que a defasagem salarial alcança os três Poderes. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, que reclamou da falta de reajuste para o funcionalismo, "reflete aquilo que ele percebe no Poder Judiciário", explicou Lobão. Ele acrescentou que o mesmo ocorre no Legislativo, e que é preciso en-



Edison Lobão lembrou que a defasagem atinge os servidores públicos dos três Poderes

contrar uma solução.

Além das possibilidades de emendas na Comissão de Orçamento, destacou Lobão, pode-se votar uma mensagem especial, criando o crédito para atender aos funcionários. O senador reconhece que, para isso, o governo terá de apresentar projeto pedindo abertura de crédito especial, indicando a competente fonte de receita.

Valadares conclama o governo a dar o reajuste

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) conclamou o governo a conceder aumento aos servidores públicos federais, há sete anos com os vencimentos congelados. Ele protestou contra o fato de o governo ter recuado na decisão de incluir o reajuste



Valadares: "Não podemos aceitar que o governo se negue a dar aumento aos servidores"

no Orçamento de 2002 em função da crise da Argentina e da escassez de energia no Brasil.

Valadares afirmou estar alinhado com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, em suas declarações em defesa da obrigação de o governo conceder o aumento.

— Quando ele diz esperar que as instituições da República funcionem normalmente, ele dá um recado para valer: se há uma decisão do Judiciário, ao Executivo cabe apenas cumpri-la.

Para o senador, o Brasil não vive tempos de ditadura em que o Executivo governa por decreto. O Congresso, afirmou, precisa fazer valer suas prerrogativas e incluir no

Orçamento de 2002, previsto para chegar ao Congresso no final do mês, aumento expressivo para os servidores públicos federais.

Segundo Valadares, o governo está equivocado em sua política monetária que garante aos bancos e ao capital internacional lucros

exorbitantes, reservando apenas sacrifícios para a população.

— Não podemos aceitar que o governo se negue a dar aumento ao servidor público porque precisa dar demonstração de austeridade ao mercado. Que deus é este mercado que exige o sangue do povo brasileiro? — perguntou o senador.

Ao finalizar o pronunciamento, Valadares afirmou que o Executivo está tomando uma atitude irresponsável ao se negar a conceder reajuste linear aos servidores públicos federais. Para ele, isso é uma afronta ao STF, que já considerou inconstitucional manter os vencimentos dos servidores congelados há tantos anos.

Suplicy critica a "pesada herança" do Plano Real

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem a "pesada herança financeira" deixada pelo Plano Real desde sua implantação, há sete anos. Segundo afirmou, o relatório *Sete Anos do Real — Estabilidade, Crescimento e Desenvolvimento Social*, publicado pela Presidência da República, não reflete a realidade brasileira e não aborda a incapacidade de gerar resultados palpáveis em termos de crescimento econômico sustentado, geração de emprego e distribuição de renda.

— É necessário destacar não apenas os aspectos róseos do relatório elaborado pela Presidência da República, mas apresentar os dados que nos aproximam do real cenário brasileiro — disse.

Na área das finanças públicas, o senador afirmou que houve grande aumento do endividamento do setor público desde 1994. Segundo ele, a dívida mobiliária federal subiu de R\$ 62 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$ 562 bilhões, em maio de 2001. "E con-

tinuu crescendo em maio e junho, por força da operação de saneamento dos bancos federais, recém-anunciada, da alta da taxa básica de juros e da desvalorização cambial." Com isso, continuou, a dívida líquida do setor público (incluindo União, estados, municípios e empresas estatais), que era inferior a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) no final de 1994, alcançou 52% em abril último.

Suplicy assinalou que a prolongada sobrevalorização cambial, de meados de 1994 até janeiro de 1999, e a abertura pouco criteriosa do mercado interno às importações deixaram um passivo externo líquido que pode ser medido pelos déficits acumulados no balanço de pagamentos em conta corrente. "Em conseqüência, cresceu o volume de pagamentos ao capital estrangeiro. As despesas líquidas de juros da dívida externa subiram de US\$ 6,3 bilhões em 1994 para US\$ 15,1 bilhões em 2000. As amortizações, de US\$ 11 bilhões em 1994 para US\$ 28,2 bilhões em 2000."



Para Suplicy, relatório do governo sobre o Plano Real não reflete a realidade brasileira

Outros pontos destacados pelo senador foram a péssima distribuição de renda no país e os recordes nas taxas de desemprego alcançadas no final da década de 1990 e que continuam elevadas.

— A promessa de que a estabilização da moeda melhoraria a distribuição de renda de modo significativo não se confirmou. Recorde-se que a tese oficial chegou a ser, em alguns momentos, "o combate à inflação é a melhor política social" — destacou Suplicy. Ele acrescentou que "a inflação despencou, mas os indicadores do Brasil, em termos de distribuição de renda, continuam a ser dos piores do mundo".

Ornélas defende criação de carreira previdenciária

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) solicitou ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o imediato envio ao Congresso Nacional do novo plano de cargos e salários dos servidores da Previdência Social. Ele informou que, quando foi ministro da Previdência e Assistência Social, deixou todos os estudos prontos para a reestruturação da carreira dos servidores. Estava prevista inclusive, disse, a criação da carreira de técnico previdenciário.

Waldeck Ornélas se disse apreensivo com notícia dando conta de que o ministro da Previdência teria cortado cerca de 50% da remuneração de 22 mil agentes administrativos, que exercem a fun-



Ornélas está apreensivo com a notícia de corte no salário dos servidores

ção de técnico previdenciário desde 1987. Ele afirmou seu estranhamento em relação à medida, acrescentando que os servidores deveriam ser valorizados, por exercerem atividades de importância no ministério.

O senador também lamentou ter deixado o cargo de ministro antes de criar a carreira de técnico previdenciário, "a mais genuína dentro da instituição, mas que nunca existiu". Há, a seu ver, grande distorção que precisa ser revista pelo governo, razão pela qual solicitou o envio ao Congresso de projeto criando um novo plano de classificação de cargos e salários dentro da estrutura administrativa do Ministério da Previdência.



Mozarildo estranhou atitude do presidente da Eletronorte e não da Eletrobrás

Mozarildo citou Eletronorte e não Eletrobrás

Diferentemente do que informa matéria distribuída pela Agência Senado e reproduzida na edição de ontem do *Jornal do Senado*, foi o presidente da Eletronorte, José Antonio Lopes, e não o presidente da Eletrobrás, Cláudio Ávila e Silva, quem convidou apenas um senador de Roraima para a inauguração da linha de transmissão de energia da Venezuela a Boa Vista (RR), no dia 22. A atitude de Lopes foi criticada em discurso quarta-feira pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Senado agiliza exame de restrições ao uso de medidas provisórias

Relatório de Osmar Dias sobre a proposta de emenda à Constituição aprovada esta semana pela Câmara dos Deputados deverá ser votado quarta-feira na CCJ

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), garantiu em Plenário, ontem, que tomará todas as providências para acelerar a tramitação da proposta de emenda à Constituição que restringe a edição de medidas provisórias. Ele lembrou que é a terceira vez que a PEC será submetida ao exame do Senado e que, se ocorrerem novas modificações, o texto voltará para a Câmara. Lobão enfatizou a importância de regulamentar o uso de medidas provisórias e pediu que os senadores deliberem com rapidez sobre o assunto, como forma de dar uma resposta à sociedade.

Na próxima quarta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votará parecer do senador Osmar Dias (sem partido-PR) sobre a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados. Ele foi designado relator ontem, em



Lobão quer dar uma resposta à sociedade com a tramitação rápida da PEC que limita a edição de MPs

Plenário, pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que garantiu agilidade na votação da matéria.

A PEC foi aprovada em segundo turno na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, por 364 votos contra 3, conforme informou a Agência Câmara. Recebeu duas

emendas de redação, apoiadas por todos os líderes partidários, deixando mais claro o dispositivo pelo qual as MPs terão validade de 60 dias, prorrogáveis uma única vez. Para vigorar além desse prazo, a MP precisará ter seu texto aprovado pelo Congresso.

De acordo com o novo texto, é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada pelo Congresso ou que tenha perdido sua eficácia pelo decurso dos prazos. As MPs terão sua votação sempre iniciada pela Câmara, cabendo à comissão mista de deputados e senadores examiná-las, emitindo parecer de mérito (pela aprovação, pela rejeição ou pela aprovação de projeto de lei de conversão) antes da deliberação final do Congresso.

VOTAÇÕES

O Senado aprovou ontem decretos legislativos que renovam a concessão da Rádio Educacional

e Cultural de Uberlândia (MG) e a permissão para funcionamento da Rádio Colonial FM em São João Del Rei (MG). O Plenário aprovou ainda requerimento do senador Iris Rezende (PMDB-GO) para tramitação conjunta das propostas de emenda à Constituição nº 46, de 2000, e nº 6, de 2001, que tratam do afastamento do cargo por ocupantes do Poder Executivo que queiram disputar a reeleição. O parlamentar é relator de ambas as matérias na CCJ.

Foi adiada a votação de projeto que permite aos hospitais universitários e de ensino destinar até 25% de seus leitos a pacientes que possuam planos ou seguros de saúde, com atendimento pago. A proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), objetiva permitir que essas unidades hospitalares captem recursos para melhoria da manutenção e das condições de atendimento.

Mozarildo quer garantir apoio à aviação regional

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) anunciou que apresentará projeto tornando permanente a suplementação tarifária que, de acordo com a Portaria nº 101, as chamadas grandes empresas aéreas deveriam repassar às empresas aéreas de âmbito regional, na Amazônia. Ele lembrou que a Varig ganhou ação na Justiça isentando-a do repasse desse adicional.

— A suplementação tarifária tem sua continuidade ameaçada pelo não repasse do adicional tarifário das maiores empresas aéreas de âmbito nacional, o que tem contribuído ainda mais para o empobrecimento das empresas da região amazônica, não sendo exagero afirmar que elas não sobreviverão — alertou.

Em documento encaminhado ao presidente da República, que leu da tribuna, Mozarildo solicitou que sejam feitos estudos e procedimentos imediatos relacionados com os preços dos combustíveis de avião na Amazônia, pois, afirmou, esses são fatores de grande importância para a sobrevivência das empresas aéreas que operam na região.

De acordo com Mozarildo, “a escalada do dólar e o acompanhamento de todos os custos” ameaçam objetivamente a sobrevivência de empresas como a Meta, a Rico e a Peta, entre outras. Elas atendem, principalmente, às localidades isoladas da Amazônia, que tem uma área territorial maior do que a Europa Ocidental, ressaltou o senador.

No documento, que também encaminhado ao diretor do Departamento de Aviação Civil, Mozarildo Cavalcanti observou que as empresas regionais atendem a mais de 30 cidades, agregando mais de cem comunidades vizinhas, sem contar o atendimento feito com as empresas nacionais, transportando somente no ano de 2000 cerca de 390 mil passageiros.



Mozarildo vê ameaça às pequenas empresas aéreas da Amazônia

Francelino: regras claras para MPs fortalecerão Legislativo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem, da tribuna, rapidez do Senado na apreciação da proposta de emenda à Constituição que limita o uso de medidas provisórias pelo presidente da República. A proposta, que se originou no Senado, foi aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados. Como recebeu emendas naquela Casa, volta para apreciação pelo Senado.

Francelino lamentou que a emenda tenha ficado parada durante mais de um ano na Câmara, por causa de divergências surgidas entre as lideranças partidárias em torno do assunto.

— Agora que o assunto retorna ao Senado, temos de ser muito claros — frisou.

De acordo com a emenda aprovada na Câmara, após editada pelo Executivo a medida provisória terá validade de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Se em 45 dias a medida não



Francelino quer cumprimento da agenda

for analisada pelo Congresso, nada mais poderá ser votado. Isso vai garantir que as MPs não sejam engavetadas. Para Francelino, a emenda, uma vez em vigor, contribuirá em muito para o fortalecimento do Poder Legislativo.

O senador lamentou o desgaste que o Senado Federal vem sofrendo nos últimos dias, dizendo-se muito preocupado com a imagem da instituição perante a sociedade. Ele afirmou haver constatado durante o recesso, em praticamente todas as regiões de Minas Gerais por onde andou, que a imagem do Senado está em queda.

— Em razão disso devemos cumprir com rigor e urgência a agenda do nosso trabalho — sustentou.

Segundo Francelino Pereira, se o Senado atuar de maneira firme e clara, cumprindo sua agenda, vai evitar que os transtornos políticos vividos hoje atinjam todos os senadores e a própria instituição.

Povo rejeitará homens públicos sem ética, afirma Bernardo Cabral

Os homens públicos que agirem sem ética e responsabilidade serão riscados do mapa político pelo povo, afirmou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele lamentou que o Parlamento brasileiro seja hoje “uma instituição que não goza da simpatia do povo”.

Cabral afirmou que a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta que limita a edição de medidas provisórias mostra uma tentativa de deslocar o eixo político para aquela Casa. Em sua avaliação, isso significa que o Senado não vem desempenhando seu papel de Câmara Alta do país, “em virtude das lufadas que não são muito convenientes para a instituição, varrendo seu nome sério”.

O senador ressaltou que os meios de comunicação “nem sequer registram as honrosas exceções” entre os políticos e colocam “a cada instante” um senador “como bola



Cabral lamenta que o Parlamento seja malvisto

da vez, como se fosse possível varrer os 81”.

— Não é com o Senado sendo a bola da vez que se vai resolver o problema do desemprego — afirmou Cabral, citando também outros problemas, como a fome e “o enriquecimento do sistema bancário”.

O caminho para um Parlamento sério, ético e decente, disse o senador, não será feito apenas por meio de cursos superiores. Para ele, “pessoas com diplomas da universidade da vida são tão competentes para exercer mandato no Legislativo quanto no Executivo”.

— O que vale é a ética, a responsabilidade com o trato da coisa pública — afirmou Cabral. Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que em qualquer país civilizado o Parlamento é o mais importante dos poderes. Mas o Parlamento brasileiro não tem sido bem visto e respeitado pelo povo “porque é absolutamente submisso”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Ademir Andrade, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Gilberto Mestrinho